

BOLETIM **DIIESE** DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS DE CONJUNTURA

Número 23 – Julho/Agosto de 2020



BRASIL EM CRISE. QUAL SERÁ O FUTURO?

“Em nenhum momento de nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser.”

O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil, 1999

Celso Furtado

A constatação do cientista social Celso Furtado, cujo nascimento completa 100 anos este mês (julho), foi feita há duas décadas, mas pode perfeitamente bem caracterizar o momento atual, em que o país enfrenta:

- 1) uma crise econômica sem precedentes, no contexto da mais grave crise mundial;
- 2) uma das mais profundas crises políticas da história;
- 3) os impactos da chamada 4ª Revolução Industrial, em curso;

4) a mais devastadora pandemia do último século (pelo menos): são mais de 90 mil mortes devido à covid-19 e mais de 2,5 milhões de infectados pelo coronavírus. A previsão é que o Brasil chegará a 100 mil mortes no início de agosto. Ninguém sabe quando a pandemia chegará ao fim. A vacina não estará disponível no curto prazo.

Uma das manifestações da crise é a deterioração das condições de vida da população brasileira, registrada nos indicadores do mercado de trabalho do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), em cinco anos (entre 2014 e 2019), o contingente de desocupados no Brasil aumentou de 6,7 para 12,6 milhões, elevação de quase 90%. A taxa de desocupação¹ passou de 6,8%, em 2014, para 11,9%, em 2019, alta de 75%. Além do desemprego maior, o mercado de trabalho do país sofre também acelerado processo de precarização, com crescimento do número de trabalhadores por conta própria. Em 2014, havia 21,1 milhões de autônomos. Em 2019, 24,2 milhões, acréscimo de 3,1 milhões em cinco anos. Desse total, 80% não tinham CNPJ, proteção trabalhista ou ainda, em muitos casos, não contribuíam com a previdência.

¹ A taxa de desocupação – termo utilizado pelo IBGE e por estudiosos do mercado de trabalho – é mais ampla que a taxa de desemprego, por incluir também a desocupação de autônomos e trabalhadores por conta própria.

O rendimento médio real e nominal de todos os trabalhos², em 2019, foi estimado em R\$ 2.371,00, praticamente igual ao verificado em 2014 (R\$ 2.361,00). Metade dos trabalhadores que obtiveram os menores rendimentos recebeu, em média, R\$ 850,00. Por outro lado, aqueles que fazem parte do 1% da população com os maiores rendimentos receberam, em média, R\$ 28.659,00.

Em 2019, o rendimento domiciliar mensal per capita no Brasil foi de R\$ 1.438,00. Divididos pelos dias do mês, são R\$ 48,00 diários para gastos com alimentação, transporte, água e luz, habitação, vestuário etc. Mas o levantamento do IBGE mostra que a situação é ainda mais dramática: metade dos brasileiros, ou quase 105 milhões de pessoas, sobrevivia com apenas R\$ 438,00 mensais, ou seja, tinha menos de R\$ 15,00 por dia para satisfazer todas as necessidades básicas. Na outra ponta, o extrato mais rico, pouco mais de dois milhões de pessoas (1% dos brasileiros), vivia com R\$ 17.373,00 mensais.

Outro problema grave é a subutilização da força de trabalho. A taxa de subutilização é composta pelos subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, ou seja, pessoas que trabalhavam menos de 40 horas semanais e gostariam e estavam disponíveis para trabalhar mais horas, se houvesse a possibilidade; pelos desocupados que buscavam trabalho e; pela força de trabalho potencial, da qual fazem parte aqueles que procuraram trabalho, mas não estavam disponíveis na semana que antecedeu a pesquisa e pelos desaletados, pessoas que querem trabalhar, mas não procuraram trabalho. Em 2019, o número de subutilizados chegou a 27,6 milhões de pessoas. Esse indicador, que era de 15% em 2014, atingiu 24,2% no ano passado. A população subocupada por insuficiência de horas trabalhadas passou de 4,9 milhões, em 2014, para 7,5 milhões, em 2019.

A relação entre insuficiência de horas trabalhadas e insuficiência de renda é estreita e direta. Os trabalhadores que gostariam de trabalhar mais horas são os que têm jornadas menores e rendimentos mais baixos. É ampla a conexão entre essa condição de ocupação e a situação de pobreza e também precarização do trabalho. Os problemas enfrentados pelos entregadores de comida que trabalham para aplicativos e utilizam bicicleta emergiram na imprensa recentemente. Trabalhando sem qualquer regulação, eles relatam sentir fome durante a jornada de trabalho ou que comem antes de sair de casa, pela manhã, entregam comida o dia todo e, após rodarem cerca de 100 km, só fazem nova refeição à noite, ao chegarem em casa

O já combalido mercado de trabalho ficou pior com a pandemia. Segundo a Pnad Covid-19, divulgada pelo IBGE, em maio, 26,3 milhões de brasileiros declararam não ter trabalhado nem procurado trabalho, mas que gostariam de estar trabalhando. Entre eles, 18,5 milhões afirmaram estar nessa situação por causa da pandemia. Do total de ocupados, 19,0 milhões estavam afastados do trabalho. Desses, 15,7 milhões disseram que o motivo do afastamento era a pandemia e 9,7 milhões relataram ter deixado de receber remuneração.

Nos dados da pesquisa, duas informações chamam especialmente a atenção: 1 - a média semanal de horas efetivamente trabalhadas no país (27,4h) ficou abaixo da média

² Valor médio recebido habitualmente pelas pessoas com rendimento de trabalho.

habitual (39,6h); 2 - o rendimento efetivo dos trabalhadores (R\$ 1.899,00) foi 18,1% menor que o rendimento habitual (R\$ 2.320,00). Ou seja: em função de ter a jornada reduzida ou por ter perdido oportunidades de trabalho (no caso dos trabalhadores por conta própria, por exemplo), o rendimento diminuiu 18%. A incapacidade do governo para implementar rapidamente os programas de auxílio aos trabalhadores dificultou o direito ao isolamento social, tornando o Brasil o segundo país com mais óbitos devido à pandemia da covid-19, superado apenas pelos Estados Unidos.

A pandemia acaba mascarando os números, pois muitos brasileiros que perderam o emprego, e estariam procurando uma nova vaga, não saíram para buscar ocupação, desaparecendo da estatística. Nesse contexto de deterioração das condições do mercado de trabalho, vem crescendo a informalidade, impulsionada pela crise e pelo ambiente de desregulamentação que se instalou desde o impeachment de 2016.

A piora da renda e do emprego é um fenômeno diretamente relacionado à estagnação econômica que o Brasil atravessa. Não há registro anterior, nas contas nacionais, de seis anos de recessão e/ou estagnação, como o verificado de 2015 até agora. A pandemia teve início em um contexto em que a pobreza e a desigualdade social tinham explodido, como mostram todos os indicadores de distribuição de renda. Além disso, a atual crise do mercado de trabalho ocorre em momento no qual os governos, a partir de 2017, congelaram os gastos sociais em função da Emenda Constitucional nº 95, o que comprometeu áreas como saúde e educação, vitais para o atendimento da população, especialmente a mais pobre.

Não se pode subestimar os impactos da pandemia para o empobrecimento da classe trabalhadora nem o que pode ocorrer no pós-pandemia. O governo fez o mínimo, até aqui, para atender trabalhadores e micros/pequenos empresários que ficaram sem renda. O auxílio emergencial de R\$ 600,00 (quase o custo de uma cesta básica para um adulto, com 13 produtos alimentares) foi uma conquista importante, obtida com pressão dos movimentos sindicais e sociais e a contragosto do governo, que não queria dispendir nenhum tostão com trabalhadores e pobres. A proposta inicial do governo inclusive era de liberar, no máximo, R\$ 200 para a renda emergencial. E tudo isso nesse momento em que a inflação tem sido mais alta para as famílias de menor poder aquisitivo³.

Brasil, epicentro emergente de fome e miséria

A combinação de crises no Brasil levou a um empobrecimento da classe trabalhadora. Não faltam indicadores para demonstrar essa situação. A ONG Oxfam divulgou, em 09/07, o relatório *O vírus da fome: como o coronavírus está aumentando a fome em um mundo faminto*, que coloca o país como “epicentro emergente da fome extrema”. No estudo, no qual o Brasil aparece com esta classificação, ao lado de Índia e África do Sul, a ONG analisa os impactos da doença em países onde a situação alimentar e nutricional já era muito grave antes da pandemia. Como lembra o estudo da Oxfam, em 2014, o país vinha vencendo a guerra contra a fome, graças a um conjunto de medidas que incluía políticas concatenadas, investimentos

³ Ver por exemplo <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/>

governamentais em benefício de pequenos produtores rurais, e outras ações, entre elas, a criação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

Segundo o Relatório, o número de pessoas em situação de fome no Brasil em 2018 tinha chegado a 5,2 milhões, devido a um aumento nas taxas de pobreza e desemprego e a cortes nos orçamentos para agricultura e proteção social. O relatório aponta ainda, como causa do aumento do número de famintos, os cortes no programa Bolsa Família e, desde 2019, o desmonte de políticas e estruturas destinadas a combater a pobreza, como o Consea. Ainda conforme o estudo, o advento da pandemia da covid-19 somou-se a essa combinação de elementos, aumentando rapidamente a pobreza e a fome em todo o país. A parada forte e súbita da economia, nesse quadro, agravou muito o problema. A Oxfam aponta também como elemento de piora da situação de fome o atraso do governo na distribuição da ajuda prometida aos trabalhadores e empresas, através do Programa de Apoio Emergencial ao Emprego (PESE), e destaca que as grandes empresas tiveram mais acesso aos benefícios do que os trabalhadores ou micro e pequenas empresas.



Como se sabe, as políticas de enfrentamento da fome e da pobreza são complexas, envolvendo crédito, agricultura, indústria, política de emprego, merenda escolar etc. Implicam trabalho contínuo, dedicado e complexo, devido às condições de um país continental como o Brasil. Preocupado com a situação, o movimento sindical negociou recentemente com o Congresso Nacional um conjunto de medidas (econômicas e sanitárias) para o enfrentamento da crise e recuperação da economia. O governo, por sua vez, na discussão sobre uma política permanente de renda básica, vem ensaiando uma proposta que retoma a dicotomia caridade versus direitos, que não interessa à sociedade.

Durante a pandemia, avança a privatização da água

Na última semana de junho, foi aprovado no Senado Federal o Projeto de Lei 4.162/2019, que define o chamado *novo marco regulatório* do saneamento no Brasil.

O país possui os maiores recursos hídricos da Terra. Concentra cerca de 12% das reservas de água doce do planeta. No entanto, apesar da abundância do recurso, quase 35 milhões de brasileiros não têm acesso à água tratada, segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Mais de 100 milhões não têm acesso ao sistema de esgoto.

Segundo o PL aprovado, a partir de março de 2022, todos os contratos de prestação de serviços de saneamento existentes (o que inclui distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto e), de responsabilidade dos municípios brasileiros e das estatais de saneamento, em sua maioria, poderão ser revisados e reavaliados. Ao invés de continuarem a existir os contratos de programa, será obrigatória a realização de licitações entre empresas públicas e privadas, o que poderá significar, em menos de dois anos, a privatização da maioria dos serviços de saneamento no país.



Atualmente, grande parte do sistema de fornecimento de água nas cidades é mantida por meio de acordos entre os municípios, que têm a titularidade dos serviços, e as empresas estaduais de água e esgoto. É feito o chamado contrato de programa, que contém regras de prestação do serviço e permitem que as estatais assumam os serviços sem concorrência. A nova regulamentação acaba com esse modelo, transformando-o em contratos de concessão com a empresa privada que vier a assumir o serviço. Hoje, cerca de 71% dos municípios brasileiros possuem contratos de programa com os respectivos estados da Federação em relação a tratamento e abastecimento de água. Enquanto apenas 2% fizeram licitações para concessões plenas, 27% fornecem esses serviços de forma autônoma. Ou seja, há um espaço gigantesco para empresas privadas ganharem dinheiro com serviço de água e saneamento básico.

Além desta nova lei, existe também a proposta de criação de mercados de águas, por meio do PL 495/2017, em tramitação no Senado, que buscará privatizar a Transposição do Rio São Francisco e outras bacias hidrográficas. Também está em discussão a aprovação de mecanismo que vai impor um preço à água dos reservatórios, vinculando o custo dela ao da energia. Segundo os especialistas, se aprovado esse dispositivo, ao beber água, os brasileiros pagarão tão caro como se estivessem “bebendo eletricidade”.

Indústria

Depois de cerca de meio século, o Brasil está saindo do grupo dos 10 países mais industrializados do mundo. A crise da indústria é anterior à pandemia. Em 2019, a produção industrial no Brasil já tinha diminuído 1,1% em relação a 2018. O patamar de produção industrial de 2019 foi semelhante ao de 2009: é como se o país tivesse regredido 10 anos em termos de produção industrial. Não tem como ser diferente: para a indústria, a década que se encerra em 2020 será novamente uma década perdida. Isso já era esperado antes da pandemia e de o mundo ter ingressado numa das piores crises da história do capitalismo.

O problema conjuntural, ligado à crise, e o estrutural (desindustrialização), coincidem com o período em que o mundo atravessa a chamada Quarta Revolução Industrial. O Brasil precisaria investir bilhões em pesquisa e inovação industrial nesse momento, para, ao menos, congelar a histórica defasagem científico-técnica que tem em relação aos países desenvolvidos. O orçamento da ciência e tecnologia para esse ano, no entanto, é de 7,3 bilhões, menor em termos nominais do que o de 2014, de 8,4 bilhões.

Na passagem de abril para maio deste ano, o IBGE constatou crescimento de 7,0% na atividade industrial nacional, na série livre de influências sazonais, com aumento em 12 dos 15 locais pesquisados. Os resultados refletem, na realidade, o retorno à produção, pelo menos em algumas unidades produtivas, após as interrupções decorrentes da pandemia.

Apesar da recuperação mensal em maio, no trimestre móvel encerrado em maio, o índice caiu 8,0%, na comparação com o trimestre encerrado no mês anterior. Ou seja, os indicadores mantiveram a trajetória descendente iniciada em outubro do ano passado. Ainda na média trimestral encerrada em maio, 14 dos 15 locais pesquisados apresentaram taxas negativas de atividade.

O impacto da pandemia no setor industrial pode ser também observado na comparação com maio de 2019: a taxa nacional caiu -21,9 em maio de 2020, com resultados negativos em 14 dos 15 locais pesquisados. As maiores quedas ocorreram no Ceará (-50,8%), Amazonas (-47,3%), Espírito Santo (-31,7%), em Santa Catarina (-28,6%), no Rio Grande do Sul (-27,3%), São Paulo (-23,4%) e Nordeste (-23,2%), todos com taxas negativas maiores que a média da indústria nacional (-21,9%).

TABELA 1
Variações da Produção Industrial - Maio 2020 - %

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	7,0	-21,9	-11,2	-5,4
Bens de capital	28,7	-39,4	-21,0	-9,6
Bens intermediários	5,2	-14,6	-6,7	-4,2
Bens de consumo	14,5	-31,0	-17,1	-6,3
Bens de consumo duráveis	92,5	-69,7	-37,1	-14,7
Semiduráveis e não duráveis	8,4	-19,3	-11,2	-4,0
Extrativa Mineral	-5,6	-5,8	-3,1	-6,3
Transformação	12,1	-23,8	-12,3	-5,2

Fonte: IBGE.

Estes resultados da indústria, os piores da história, decorrem de uma confluência de fatores:

a) com o isolamento social, o consumo de bens e serviços em geral caiu drasticamente. A produção só tem sentido se houver consumo;

b) em função da recessão mundial e da pandemia, há queda acentuada das exportações de manufaturados no Brasil (-32% em abril, segundo o IBGE);

c) as cadeias de produção, por sua vez, foram, num primeiro momento, desarticuladas. A China, que, juntamente com outros países da região, provê boa parte dos insumos industriais, mergulhou numa crise brutal no primeiro trimestre, para combater a covid-19.

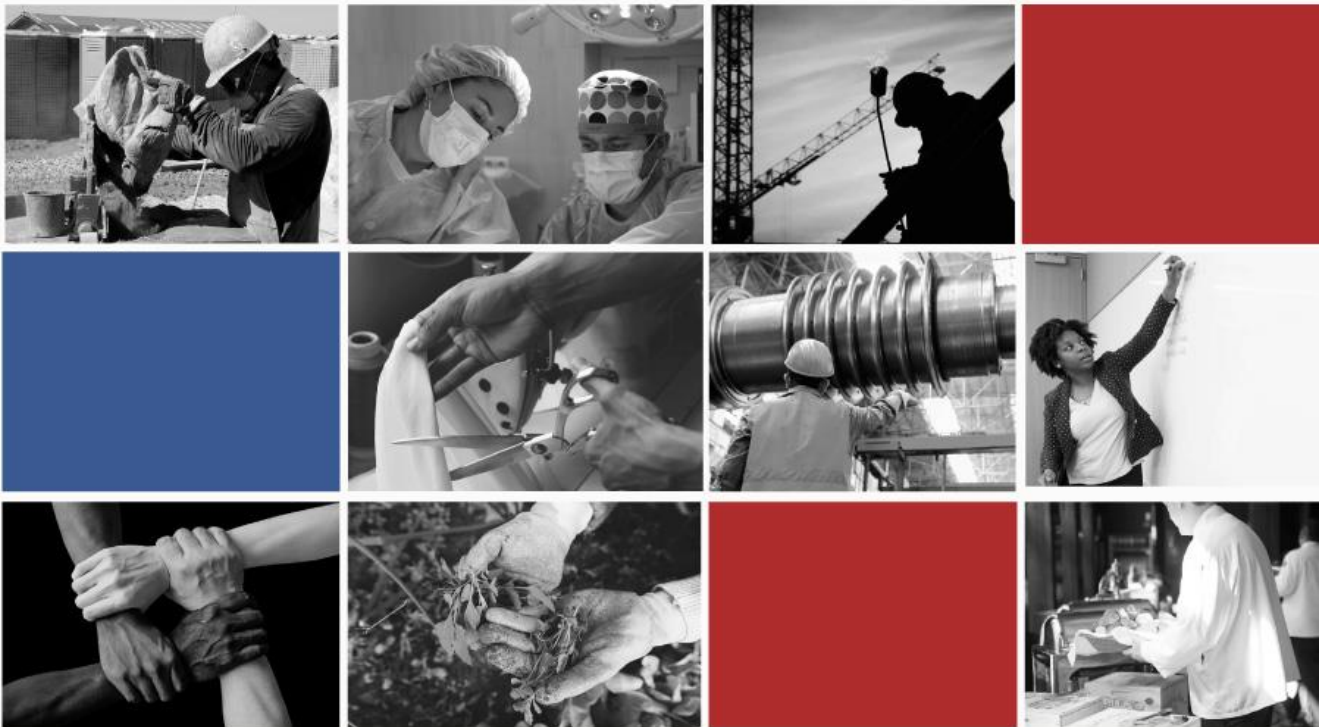
d) nenhuma empresa quer investir neste quadro de crise e incertezas. Talvez entre algum recurso externo para aquisição de estatais, as quais o governo pretende colocar à venda em prazo curto. Mesmo assim, não há garantias, pois existe grande resistência na sociedade em geral e no Congresso Nacional em relação às privatizações. É importante considerar que crescimento econômico não é agenda consensual ou mesmo central entre as empresas. A

retirada de direitos após 2016, as privatizações e as desonerações vêm garantindo o retorno sobre o capital investido para boa parte das empresas, especialmente as grandes. Ademais, cabe considerar que boa parte da lucratividade das empresas é originária de investimentos financeiros.

Graves crises como a atual só conseguem ser enfrentadas com a coordenação do Estado, que tem condições de fazer políticas monetária, cambial, industrial etc. No Brasil não existem, neste momento, ações estratégicas para enfrentar os problemas da indústria e dos demais setores. O governo insiste numa política de austeridade, na contramão do que vem sendo realizado no mundo todo. O discurso segundo o qual o ajuste neoliberal é um sacrifício necessário para restabelecer as condições para a retomada do crescimento não se comprova e não se sustenta mais.

A difícil situação atual requer políticas de gastos em saúde, renda e de atendimento dos milhões que perderam o emprego⁴. Seria fundamental também, em um momento como este, a preparação, com coordenação do Estado, de um processo de indução de um grande ciclo de investimentos para retomada do crescimento e do emprego no pós-pandemia. Nada que o atual governo federal tenha a menor intenção de realizar, aliás, muito ao contrário: o plano limita-se à privatização de ativos públicos.

⁴ Ver notas Técnicas do DIEESE sobre reconversão industrial.
<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2020/NT238ReconversaoIndustrial.html>



**O DIEESE precisa do seu apoio para continuar produzindo
CONHECIMENTO A SERVIÇO DA CLASSE TRABALHADORA**

APOIE O DIEESE!

Mais informações: relacionamento@dieese.org.br ou 0800 77 33 117



Escritório Nacional
 Rua Aurora, 957, Centro, São Paulo, SP
 CEP 01209-001
 Tel.: 11 3874-5366 – 11 3821-2199
 www.dieese.org.br

Presidente - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Vice-presidente - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

Secretário Nacional - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Antônio Francisco da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo - Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretora Executiva - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva - Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretor Executivo - Sales José da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva - Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Equipe Responsável

Altair Garcia

César Andaku

José Álvaro Cardoso

Thomaz Ferreira Jensen